

Supervisor da UE quer mais risco nos fundos de pensões

A Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma enviou o seu parecer técnico de apoio à União da Poupança e dos Investimentos, no qual propõe alterações aos regimes dos fundos de pensões e do PPR europeu.

Jornal de Negócios 10 Sep 2025 LEONOR MATEUS FERREIRA leonorferreira@negocios.pt



O projeto da união das poupanças e investimentos está a ser liderado por Maria Luís Albuquerque.

Desenvolver os fundos de pensões é um dos grandes objetivos da União da Poupança e dos Investimentos, um projeto que está a cargo da comissária portuguesa Maria Luís Albuquerque. A Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA, na sigla em inglês) sublinha a importância deste pilar, tendo em consideração o envelhecimento da população e defende que haja margem para uma maior tomada de risco.

“Com o envelhecimento da população na União Europeia (UE), temos de tomar medidas ousadas, em grande escala, para reforçar a segurança das reformas e reduzir as disparidades nas pensões. É por isso que apresentámos propostas específicas à Comissão Europeia para reformar o atual quadro das pensões ocupacionais e individuais na UE”, diz Petra Hielkema, presidente da EIOPA, no parecer técnico enviado pelo supervisor à Comissão Europeia.

No documento, a autoridade europeia apresenta um conjunto de propostas para adaptar os quadros regulamentares e de supervisão da UE em relação às pensões complementares — a diretiva que respeita às atividades e à supervisão das Instituições de Realização de Planos de Pensões Profissionais (IRPPP) II e o regulamento do Produto Individual de Reforma Pan-europeu (PEPP) —, salientando a necessidade de rentabilidade, de um sistema de inscrição automática e de uma supervisão reforçada.

Entre as alterações propostas está a introdução de uma abordagem mais baseada no risco à regra da pessoa prudente da diretiva IRPP II, “a fim de promover oportunidades de investimento em ativos alternativos”. A regra em questão exige que os fundos de pensões invistam no melhor interesse a longo prazo, considerando segurança, qualidade, liquidez e rentabilidade, ao mesmo tempo que permite a integração de fatores ambientais, sociais e de governação (ESG).

“Embora possa haver justificações prudenciais para limitar os investimentos em determinadas classes de ativos, as restrições generalizadas são bastante grosseiras, pois limitam as oportunidades para as instituições de realização de planos de pensões profissionais que têm pleno conhecimento e capacidade de assumir riscos para investir em classes de ativos alternativos. Além disso, podem incentivar uma supervisão baseada em regras, em vez de uma supervisão baseada no risco, e criar a impressão errada de que os investimentos dentro dos limites serão sempre seguros”, justifica o parecer da EIOPA.

Neste segmento, a EIOPA propõe ainda que sejam abordados os desafios de implementação das disposições prudenciais mais rigorosas da diretiva, que seja clarificado o âmbito de aplicação e al

“Com o envelhecimento da população na UE, temos de tomar medidas ousadas, em grande escala.

PETRA HIELKEMA presidente da EIOPA

gumas definições e que seja reforçada a supervisão com um quadro regulamentar claro que defina as competências, a independência operacional e financeira e um processo de revisão da supervisão reforçado.

Em março, Maria Luís Albuquerque apresentou a estratégia da Comissão Europeia para a União da Poupança e dos Investimentos, na qual indicava que os regimes legais direcionados para a poupança para a reforma ao nível europeu não estão a resultar. Nas linhas mestras para o desenvolvimento de um setor de pensões complementares, Bruxelas apontava para a necessidade de um regime de inscrição automática.

Sobre este ponto, a EIOPA propõe que sejam utilizadas as pensões profissionais no âmbito da Diretiva IRPPP ou do PEPP oferecidas no local de trabalho como opções padrão de inscrição automática para melhorar a cobertura e a escala das pensões, bem como a divulgação horizontal para desenvolver sistemas nacionais de acompanhamento das pensões.

“Ao inscrever automaticamente os trabalhadores, ao adaptar a regulamentação da UE em matéria de pensões para promover investimentos mais inteligentes e ao criar um rótulo ‘Europension’, podemos desbloquear poupanças a longo prazo e garantir um acesso às pensões justo para todos. Ao fazê-lo bem, não só ajudaremos os cidadãos da UE a viver com dignidade em todas as idades, como também contribuiremos para a consecução dos objetivos da União da Poupança e do Investimento”, acrescentou Petra Hielkema. ■